

do Vereador Renato Vianello de Souza, e, com a ocupação da primeira secretaria pelo Vereador Octávio Raja Gabaglio, reuniu-se ordinariamente à Câmara Municipal de São Paulo. Os demais vereadores responderam a chamada nominal, os seguintes Vereadores: Henrique José de Azevedo, Antônio Carlos de Carvalho Grinidade, Enzo Pelegratti dos Santos Corrêa, Geraldino Jannini Neves, Hugo Silva do Rocko, Oníon Pardinho Bonfim. Não havendo número régimental, o Senhor Presidente, marcou nova reunião ordinária para quinta-feira, dia vinte e quatro, às dezessete horas, e encerrou a presente. E, para constar mandou que se fizesse nota ato que, depois de fatto, submetida à apreciação plenária, aprovado, não é animado para que produza os seus efeitos legais.

Cita da Vigésima Segunda Reunião
Ordinária, do Primeiro Período Ordinário, do ano de mil e novecentos e cinqüenta e seis, dia vinte e quatro (1984), realizada na dia vinte e quatro de maio, do ano de mil e novecentos e quinze, de ano em curso.

As dezessete horas, cinqüenta minutos da dia vinte e quatro de maio, do ano de mil e novecentos e cinqüenta e seis (1984), na presidência do Vereador Henrique José de Azevedo - Sua Presidência, com a ocupação da primeira da segunda secretaria pelos Vereadores: Octávio Raja Gabaglio, Oníon Pardinho Bonfim, reuniu-se ordinariamente à Câmara Municipal de São Paulo. Os demais vereadores responderam a chamada nominal, os seguintes Vereadores: Antônio Carlos de Carvalho Grinidade, Picenida Ferreira de Souza, Brustolon Reichel de Oliveira, Enzo Pelegratti dos Santos Corrêa, Dirley Pereira da Silva, Geraldino Jannini Neves, Sílvio dos Santos Siqueira, Sírgio Corrêa de Souza e Wolney de Souza Teixeira. Havendo número régimental, o Senhor Presidente, em exercício, em nome de Deus, declarou aberta a presente reunião. O que segue, foi lido e aprovada a Cita da Vigésima Primeira Reunião ordinária, realizada no dia dezessete de maio de ano em curso. Fogo apesar, o Senhor Presidente, determinou a fartura do EXPEDIENTE, que consta de seguinte: Requerimento nº 34184, de autoria do Vereador Picenida Ferreira

de Serrinha, solicitado que seja concedida licença de afastamento ao Capitão P.M. Sérgio da Silva dos Santos, por sua atuação em nosso município quando Comandante da 5ª Cia. 1º Batalhão do Policiamento Militar em nosso município, Requerimento nº 35184, de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Brandão, requer a presença do Secretário Municipal de Educação para que em Plenário seja questionada a renúncia do referido Secretário, Requerimento nº 36184, de autoria do Vereador Júlio César de Souza, nele concedida licença de afastamento ao Equipe de Cadastroamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, chefiada pelo funcionário Henrique Faria Pimentel, e 38184, da fatura do Vereador Mauro José de Oliveira, solicitado no Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal a implantação da "Unidade Móvel" de fumigamento contra mosquitos no município. Terminada a fatura do Expediente, como número excedente imóvel, o Vereador o trazendo o Vereador GERALDINO FARIAS NEVES, iniciou uma discussão sobre a atuação dos demais Vereadores, afirmando que um grande monte dos mesmos não estavam correspondendo a expectativa do público cidadão. Acusou alguns Vereadores de serem negacionistas anteriores, após abusarem o privilégio de fumar, fizeram os resultados do Plenário em monólogo para não haver nenhuma discussão. A 121º Sessão de Portaria nº 3939 do PMS, implicitamente o prefeito, do Executivo Municipal e Educador, Cultura para prestar encaminhamentos pontuais ao Conselho Municipal de Administração Municipal, procedeu com a constatação de que a TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (TIP) recentemente aprovada pela Câmara fosse colocado em prática com o resultado de que a iluminação nas ruas da cidade e arredores. Criticou o exagerado número de funcionários da Prefeitura, classificando a maioria como "fantasma", pois não realizavam pagamento, nada produziam em benefício da comunidade e só faziam que já viessem falar de pagamento da Prefeitura, e ainda, já vira elementos se escondendo no Caixa Econômica e que era um vergonha para o Vereador Gonçalves, na sua fala, ressaltou que tais elementos por conta nunca fizeram trabalho para fazer jus ao salário. Em aparte, o Vereador Octávio Rizzo Galaglio, solicitou ao Vereador Gonçalves que fizesse a prova que compravam bem o fato de que o Executivo Municipal não estava a par das suas finanças. Repetindo ao Vereador Octávio Rizzo Galaglio, disse que só aquele dia ainda não obtivera contra-cheque que comprovava seu discurso, mas que já haviam feito funcionários que não trabalhavam mas que mesmo assim figuravam no folha de pagamento da Prefeitura. Naquela vez acusou o Conselho de PMAF de estar errado.

rente com o atual quadro administrativo do Município, solicitou procedimentos
negociar no sentido de que fosse estagnada a "paralisação" do Exercício Públco, em
aporte, o Vereador Antônio Carlos de Carvalho Guedes, diante que o problema ha-
via resolvida com a apresentação em 1981 da lei nº 100, que não teve efei-
to ao Exemplifíssimo Senhor Prefeito Municipal, fôlegamente aprovado pelo Pleno
municipal, visto o intenso demonstrado pelo Vereador Octávio Raya Gallego, re-
tendo o Chefe do Executivo Municipal informações detalhadas sobre a situa-
ção de funcionários, vencimentos e faltas. Continuando, o Vereador Geraldino
Faria Neto, afirmou que o problema era grave e que esperava do Prefeito que
concessasse imediatamente a abertura de seu prestígio político, manifestadora que o mun-
icipio das pedidas de informações não fossem devidamente respondidas pelo Muni-
cipal. A seguir acusou alguns Vereadores de ficarem nos salões da Auto-Sucata
Safimor, mendigando favores pessoais e que consideravam um crime, visto
que a Empresaria prestavaários serviços à Comunidade, salvo aquela que não te-
ria solução por culpa dos Vereadores que encobriam ou maltratavam os
homens da Safimor. Finalmente, diante que na falta de transmittência das trocas
de cargo pelo Rádio Cabo Frio, não distribuir panfletos pelo Município, dirigindo a
 todos como proceder a Câmara Municipal de Cabo Frio, alguns Vereadores que
não tinham o voto popular. Não havendo maneira de aduzir o Vereador
Presidente de imediato, transpôs os trabalhos à ORDEM DO DIA. Nesta etapa, fo-
ram apresentados os seguintes matérias: foram aprovados os Requerimentos nº 341
84, de autoria do Vereador Olímpio dos Reis Meirelles de Souza, 35184, de autoria do Vere-
ador Geraldo Carlos de Carvalho Guedes, 36184, da Fauna do Vereador Virgílio Cor-
rea de Souza. Aprovado o Índicacao nº 38184, da autoria do Vereador Raulo José
de Aguiar. Foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Projeto
de Lei nº 46184, de autoria do Vereador Walter de Barros Leitão. Por último, foi
aprovado o Parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Aluva-
ri, nos seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 25184, contendo Orçamento Executivo
nº 18184. Projeto de Lei nº 32184, contendo Orçamento Executivo nº 25184, referente
à Ordem do Dia, franqueando a palavra para EXPLICACAO PESSOAL, fijar vereador
mais o Vereador VIRGÍLIO CORRÉA DE SOUZA, acusou recorrentemente de correspondência do Se-
cretário do PMDB, notificando a relatoriedade de todos os Vereadores, principalmente do
PMDB, e família do Vereador Gentilino Martins da Silva da Costa Ribeiro, Paulista.

assassinado por força de sua ação contra o corrupto. Solicitem ao Delegado do Banco do Brasil, Senador Quintilino Freire de Oliveira que conduzisse as providências necessárias no sentido de que o documento fique inscrito na Câmara Municipal de Solto Redondo. Comunicar ao Plenário, faz necessário também correspondência ao Delegado PMDB no Congresso, Deputada Humberto Soárez, solicitando apoio das Senadoras e Projeto de Lei de sua autoria, mantendo a imunidade a Câmara de Senadores, ainda estabelecendo em quatro por cento (4%) a remuneração da Fazenda, na base dos vencimentos dos Deputados Estaduais, em cidades com mais de 15.000 habitantes, a mesma remuneração do Conselho Constitucional já em tramitação. Deste modo, considerando o耽hamento do Senador Quintilino Freire, dito que do seu governo grande o deputado era protagonista em sua função, atividades correlacionadas a seu cargo político, que talvez como trouxe a imunidade parlamentar por cento a Senadora teria ponto de apoio, poderia ter se defendido de suas acusações. Simultaneamente, solicitou apoio do Banco do PDS, no sentido de que a imunidade fosse extesa ao Senador Joaquim Montalvão. A seguir fez uso da palavra o Senador ARISTARCO ACIOLO DE OLIVEIRA, mencionando o Senador Virgílio Carneiro de Souza, como também os demais Senadores da Cadeia, disseram que a figura do Arquiteto Maximiano Silveira, tinha muito prestígio na Câmara Municipal de São José, através de suas boas idéias, foram um pilar do Senador de Solto Redondo lentamente assassinado. Afirmou que por cento a figura de Edil merecia um movimento que reavivasse sua memória, popularizando a memória de um grande homem público, manifestou seu apoio a iniciativa do Deputado Humberto Soárez do PMDB, reafirmando a imunidade parlamentar ao Senador. Afirmando que a importância do mandado não podia ser desprezada, tanto é que o Delegado da Fazenda, quando foi informado de que os documentos solicitados pelo Senador Virgílio Carneiro de Souza, foram entregues à Câmara Municipal de Solto Redondo, a Secretaria do PMDB, informando o senador a imunidade da Câmara Municipal de São José, ainda havia sido chefe da secretaria de Estado Arquiteto Virgílio Carneiro de Solto Redondo e escreveram um encaminhamento, para informar o Delegado da Fazenda Humberto Soárez, informando a imunidade devido ao seu cargo de juiz de paz, que não exigiu a renúncia da imunidade. Como último ato, fez uso da palavra em Explicação Plenária, o Deputado Walter de Pessa Teixeira, informando sua solidariedade a família de Edil.

ter Grunfeld Hartman da Silva, aninhado em Sólo Redondo, afirmou que a morte do Senador demonstrava que este estava sujeito a lucro, e assim, o uso de Espalhados e Senadores no Brasil, usados como lucrativo, quanto que os dois meses, protecionistas sempre tiveram como objetivo os Senadores. Deputado, que o Senador de vez em quando era usado como um pedaço de pau na moagem de um lado para o outro, no rebaixo do maré político, tirando mandatos, respondendo mandatos, tirando votos, respondendo votos, enfim, uma telha feita de madeira a função de Senador, que não era lembrado em época de eleição. Sabia que o Senador queria apenas seus direitos, como forma de defender o interesse da municipalidade círculo menor do país, mas nobreza gerada, receptora da memória nacional. Fazendo ainda, que a morte do Senador Grunfeld era um reflexo da infelicidade do Senador diante da ditadura de Brasil, se plenamente desprotegido, seu comentários sobre a atuação do Senador Grunfeld em Sólo Redondo, tudo em defesa dos fracos, opinião da negação, fundamento, motivo maior seu brutal assassinato. Manifestou sua solidariedade à iniciativa do Deputado Humberto Lourenço, proposta através da Emenda Constitucional a instauração de um dia de parlamentar ao Senador. Nada mais fazendo o falar, o Senador Grunfeld, em exercício, marcou nova reunião ordinária, para longa sessão dia vinte e seis de dezembro, horas, e encerrou a presente. E, para contar, anotar que se leu a carta daquele dia que dia de São Pedro, julgando à apreciação plenária apresentada, não obviada para que produzisse os seus efeitos legais.

Ata da Sessão Extraordinária Ordinária, do Primeiro Período Ordinário, do ano de mil, novecentos, vinte e quatro (1984), realizada no dia vinte e seis de maio, de ano em curso.

Às dezenove horas, quarenta e cinco minutos da dia vinte e seis de maio, do ano de mil, novecentos, vinte e quatro (1984), foi pro-